

**Demonstrações Contábeis  
e Notas Explicativas  
2º Trimestre de 2019**



<b>Sumário</b>	
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>8</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>9</b>
<b>Nota 1 - Contexto operacional</b>	<b>9</b>
<b>Nota 2 - Preparação e apresentação das demonstrações contábeis trimestrais</b>	<b>9</b>
2.1- Declaração de conformidade	9
2.2 - Base de mensuração	9
2.3- Moeda funcional e de apresentação	10
2.4 - Mensuração do valor justo	10
<b>Nota 3 – Políticas contábeis</b>	<b>10</b>
<b>Ativo</b>	<b>11</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>11</b>
<b>Nota 4 - Disponibilidades</b>	<b>11</b>
<b>Nota 5 – Clientes</b>	<b>12</b>
<b>Nota 6 – Ressarcimento de pessoal</b>	<b>12</b>
<b>Nota 7 - Créditos tributários</b>	<b>13</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>14</b>
<b>Nota 8 - Ressarcimento de pessoal</b>	<b>14</b>
<b>Nota 9 - Créditos tributários diferidos</b>	<b>14</b>
<b>Nota 10 – Ativo imobilizado</b>	<b>14</b>
10.1 - Movimentação do imobilizado	15
10.2 – Movimentação da depreciação / amortização	15
<b>Nota 11- Intangível</b>	<b>16</b>
<b>Passivo</b>	<b>16</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>16</b>
<b>Nota 12 - Consignações</b>	<b>16</b>
<b>Nota 13 – Tributos e encargos sociais</b>	<b>16</b>
13.1 – Passivo fiscal diferido	17

13.2 ISS Renegociado	17
<b>Nota 14 - IRPJ e CSLL</b>	<b>17</b>
14.1 - Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL	17
14.2 – Tributos correntes e diferidos	18
14.3 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos	18
<b>Nota 15 - Pessoal a Pagar e Encargos trabalhistas</b>	<b>19</b>
<b>Nota 16 - Obrigações com pessoal - 13º, férias e licença-prêmio</b>	<b>19</b>
<b>Nota 17 - Processo trabalhista a pagar</b>	<b>19</b>
<b>Nota 18 - Dividendos e juros sobre o capital próprio</b>	<b>20</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>20</b>
<b>Nota 19 - Obrigações tributárias</b>	<b>20</b>
<b>Nota 20 - Processo trabalhista a pagar</b>	<b>20</b>
<b>Nota 21 - Provisões trabalhistas e administrativas</b>	<b>21</b>
21.1 – Provisões trabalhistas	21
21.2 – Provisões administrativas	21
<b>Nota 22 – Benefícios pós-emprego</b>	<b>21</b>
<b>Nota 23 - Patrimônio líquido</b>	<b>22</b>
<b>Nota 24 - Resultado do exercício</b>	<b>22</b>
24.1 – Receita bruta	22
24.1.1 – Faturamento Bruto	22
24.1.2 – Receita bruta do exercício por obrigação de desempenho	23
24.2 – Receita líquida	23
24.3 – Resultado do exercício	24
24.4 – Composição dos gastos na DRE	24
<b>Nota 25 - Partes relacionadas</b>	<b>25</b>
<b>Anexo I – Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis</b>	<b>26</b>
<b>Anexo II – Legislação aplicável</b>	<b>27</b>
<b>Anexo III - Sumário de siglas e abreviaturas</b>	<b>29</b>

**Balanco Patrimonial**

Em milhares R\$

<b>Ativo</b>	<b>NE</b>	<b>Junho 2019</b>	<b>Dezembro 2018</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.460.660,7</b>	<b>1.227.062,2</b>
. Caixa e equivalentes de caixa	4	303.758,6	487.881,3
. Ativos financeiros		444,3	462,3
. Créditos a receber		1.066.412,1	655.979,4
Clientes	5	938.053,1	565.247,6
Ressarcimento de pessoal	6	115.983,5	88.349,4
Créditos diversos a receber		12.375,5	2.382,4
. Créditos tributários	7	85.397,0	79.140,0
. Bens e valores em circulação		132,8	375,5
. Demais valores a curto prazo		1.807,5	515,1
. Ativo não circulante mantido para venda		2.708,5	2.708,5
<b>Não circulante</b>		<b>1.687.817,1</b>	<b>1.743.925,4</b>
. Realizável a longo prazo		1.183.606,0	1.189.787,2
Depósitos judiciais e recursais		293.971,0	289.826,7
Ressarcimento de pessoal	8	378.242,3	408.412,9
Créditos tributários diferidos	9	451.041,4	431.188,9
Créditos realizáveis a longo prazo		60.351,3	60.358,8
. Imobilizado	10	445.629,1	475.359,9
. Intangível	11	58.582,1	78.778,3
<b>Total do ativo</b>		<b>3.148.477,8</b>	<b>2.970.987,6</b>

Em milhares R\$

<b>Passivo</b>	<b>NE</b>	<b>Junho 2019</b>	<b>Dezembro 2018</b>
<b>Circulante</b>		<b>734.884,4</b>	<b>814.468,5</b>
. Consignações	12	47.448,2	56.444,7
. Tributos e encargos sociais	13	204.357,7	174.725,0
. Depósitos diversas origens		3.262,6	3.771,7
. Obrigações a pagar		479.753,3	579.527,1
Fornecedores		43.767,0	126.541,6
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	15	328.450,4	289.270,7
Processo trabalhista a pagar	17	70.321,9	74.483,5
Plano de previdência complementar		37.213,9	37.178,3
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	0,0	52.018,7
<b>Outras obrigações</b>		<b>62,5</b>	<b>34,3</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>1.148.561,2</b>	<b>1.178.067,5</b>

Obrigações tributárias	19	35.205,6	45.851,4
Processo trabalhista a pagar	20	148.657,2	180.240,2
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	21	233.507,8	242.956,2
Benefícios pós-emprego	22	730.446,6	708.270,1
Outras obrigações		744,0	749,5
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>23</b>	<b>1.265.032,3</b>	<b>978.451,6</b>
<b>. Capital</b>		<b>1.061.004,8</b>	<b>1.061.004,8</b>
<b>. Reservas</b>		<b>305.221,6</b>	<b>305.221,6</b>
Reservas de Reavaliação		138.214,2	138.214,2
Reservas de Lucros		167.007,3	167.007,3
<b>. Outros Resultados Abrangentes</b>		<b>(387.792,9)</b>	<b>(387.774,8)</b>
<b>. Lucros/Prejuízos Acumulados</b>		<b>286.598,7</b>	<b>-</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.148.477,8</b>	<b>2.970.987,6</b>

## Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares R\$

	NE	Junho 2019	Junho 2018
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24.2</b>	<b>1.418.084,2</b>	<b>1.249.461,8</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>24.4</b>	<b>(615.278,9)</b>	<b>(597.909,2)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>802.805,3</b>	<b>651.552,6</b>
<b>Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)</b>		<b>(435.037,3)</b>	<b>(408.420,5)</b>
Despesas com pessoal e benefícios		(334.303,4)	(356.127,0)
Depreciação e amortização		(16.588,5)	(19.334,6)
Locação		(7.144,4)	(9.962,9)
Manutenção		(15.313,8)	(22.909,4)
Serviços de comunicação		0,0	(1.671,2)
Serviços profissionais e contratados		(24.327,6)	(23.223,3)
Serviços públicos		(8.146,0)	(7.573,1)
Resultado com créditos a receber		(18.453,1)	(1.849,6)
Despesas tributárias diversas		(2.717,9)	(2.043,9)
Materiais		(2.176,0)	(1.561,2)
Outras despesas/receitas		2.216,5	38.930,3
Resultado com ações judiciais		(8.083,1)	(1.094,7)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(803,6)</b>	<b>2.581,9</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>366.964,4</b>	<b>245.714,0</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(80.365,7)</b>	<b>(65.669,9)</b>
Tributos correntes		(98.540,8)	(50.168,4)
Tributos diferidos		18.175,0	(15.501,5)
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>286.598,7</b>	<b>180.044,1</b>

## Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares R\$

	Junho 2019	Junho 2018
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>286.598,7</b>	<b>124.188,8</b>
<b>(+/-) Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>0,0</b>	<b>(57,9)</b>
Ajustes de instrumentos financeiros	0,0	(57,9)
<b>Resultado abrangente no período</b>	<b>286.598,7</b>	<b>124.130,9</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em milhares R\$

	Capital	Reservas			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de Lucros			
Saldo em 01 janeiro de 2018	1.061.004,8	138.214,2			(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,8
Reconhecimento de saldos iniciais					(54.059,9)		(54.059,9)
Lucros/Prejuízos Líquidos					459.702,3		459.702,3
Constituição de Reservas			10.951,3	156.056,0	(167.007,3)		
Constituição Dividendos/JCP					(52.018,7)		161,9
Outros Resultados Abrangentes						(11.744,0)	(11.744,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.061.004,8	138.214,2	10.951,3	156.056,0	0,0	(387.774,8)	978.451,6
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.061.004,8	138.214,2	10.951,3	156.056,0		(387.774,8)	978.451,6
Lucros/Prejuízos líquidos					286.598,7		286.598,7
Outros resultados abrangentes						(18,1)	(18,1)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.061.004,8	138.214,2	10.951,3	156.056,0	286.598,7	(387.792,8)	1.265.032,3

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

Em milhares R\$

	<b>Junho 2019</b>	<b>Junho 2018</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1.041.868,2	995.140,9
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	298.315,1	292.529,8
Ressarcimento de pessoal requisitado	139.807,2	149.391,5
Outros recebimentos	21.735,5	25.574,9
Receita de Compensação Tributária	0,0	1.278,3
Tributos e encargos – inclusive compensação tributária	(389.861,7)	(297.766,3)
Pessoal e encargos – inclusive compensação tributária	(922.766,6)	(937.164,6)
Sentenças judiciais	(54.721,5)	(28.653,1)
Pagamentos a fornecedores	(198.269,7)	(265.170,4)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)</b>	<b>(63.893,5)</b>	<b>(64.839,0)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Imobilizado/ intangível	(68.210,6)	(60.505,0)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)</b>	<b>(68.210,6)</b>	<b>(60.505,0)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
<b>Dividendos/Juros s/ Capital Próprio</b>		
Dividendos pagos	0,0	0,0
Aporte de Capital	(52.018,7)	0,0
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento (c)</b>	<b>(52.018,7)</b>	<b>0,0</b>
<b>Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)</b>	<b>(184.122,7)</b>	<b>(125.344,0)</b>
<b>Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>487.881,3</b>	<b>233.336,8</b>
<b>Saldo final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>303.758,6</b>	<b>107.992,8</b>



## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

### **Nota 1 - Contexto operacional**

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis. O Serpro tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Com a missão institucional de conectar governo e sociedade por meio de soluções digitais, o Serpro é o principal provedor de soluções tecnológicas para o Estado brasileiro, desenvolvendo sistemas estratégicos que suportam ações estruturantes do governo.

Atualmente, o Serpro possui três linhas de negócio: Serviços sob medida, Serviços de informação e Serviços em nuvem.

### **Nota 2 - Preparação e apresentação das demonstrações contábeis trimestrais**

#### **2.1- Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis intermediárias estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e devem ser analisadas em conjunto com as publicadas no último exercício encerrado.

A emissão das demonstrações contábeis do primeiro semestre, encerrado em 30 de junho de 2019 foi autorizada pela Diretoria da Empresa.

#### **2.2 - Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do

exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto o resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

### **2.3- Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares.

### **2.4 - Mensuração do valor justo**

A Empresa, ao mensurar o valor justo de seus ativos, utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As mensurações a valor justo são classificadas a partir da seguinte hierarquia:

- i) Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- ii) Nível 2 – preços cotados em mercados ativos e ajustados com critérios definidos e verificáveis; e
- iii) Nível 3 – valores que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Caso ocorram mudanças, a Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período.

### **Nota 3 – Políticas contábeis**

A partir do segundo trimestre de 2019, a empresa alterou, voluntariamente, o método de cálculo do Custo dos Serviços Prestados constantes da Demonstração do Resultado do Exercício.

A mudança não traz impactos a saldos patrimoniais de abertura, uma vez que representa tão somente alteração de classificação dos custos empresariais com o objetivo de revisar e aprimorar os processos.

Por se tratar de mudança voluntária na política contábil, e possibilitando a comparabilidade entre as informações, apresenta-se, abaixo, a demonstração do resultado com os impactos da aplicação retrospectiva ao primeiro semestre de 2018.

Em milhares R\$

	<b>Junho 2019</b>	<b>Junho 2018 Modificado</b>	<b>Junho 2018 Publicado anteriormente</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.418.084,2</b>	<b>1.249.461,8</b>	<b>1.249.461,8</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(615.278,9)</b>	<b>(597.909,2)</b>	<b>(503.300,0)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>802.805,3</b>	<b>651.552,6</b>	<b>746.161,8</b>
<b>Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)</b>	<b>(435.037,3)</b>	<b>(408.420,5)</b>	<b>(503.029,7)</b>
Despesas com pessoal e benefícios	(334.303,4)	(356.127,0)	(435.008,8)
Depreciação e amortização	(16.588,5)	(19.334,6)	(25.309,0)
Locação	(7.144,4)	(9.962,9)	(11.685,1)
Manutenção	(15.313,8)	(22.909,4)	(25.647,0)
Serviços de comunicação	0,0	(1.671,2)	(2.374,6)
Serviços profissionais e contratados	(24.327,6)	(23.223,3)	(26.651,3)
Serviços públicos	(8.146,0)	(7.573,1)	(8.551,6)
Resultado com créditos a receber	(18.453,1)	(1.849,6)	(1.849,6)
Despesas tributárias diversas	(2.717,9)	(2.043,9)	(2.043,9)
Materiais	(2.176,0)	(1.561,2)	(1.579,9)
Outras despesas/receitas	2.216,5	38.930,3	38.765,8
Resultado com ações judiciais	(8.083,1)	(1.094,7)	(1.094,7)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(803,6)</b>	<b>2.581,9</b>	<b>2.581,9</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>366.964,4</b>	<b>245.714,0</b>	<b>245.714,0</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(80.365,7)</b>	<b>(65.669,9)</b>	<b>(65.669,9)</b>
Tributos correntes	(98.540,8)	(50.168,4)	(50.168,4)
Tributos diferidos	18.175,0	(15.501,5)	(15.501,5)
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>286.598,7</b>	<b>180.044,1</b>	<b>180.044,1</b>

As demais políticas contábeis permanecem as mesmas aplicadas no encerramento do exercício de 2018.

## Ativo

### Ativo circulante

#### Nota 4 – Disponibilidades

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Caixa e equivalente de caixa	303.758,6	487.881,3	(184.122,7)	(37,7)

## Nota 5 – Clientes

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
Créditos a receber de clientes a vencer	355.922,9	296.357,9	59.565,0	20,1
Créditos a receber a faturar (NBC TG 47)	137.504,4	132.216,2	5.288,2	4,0
Créditos vencidos	493.666,7	168.421,6	325.245,1	193,1
<b>Créditos a receber</b>	<b>987.094,0</b>	<b>596.995,7</b>	390.098,3	65,3
PECLD	(49.040,9)	(31.748,1)	(17.292,8)	54,5
<b>Total</b>	<b>938.053,1</b>	<b>565.247,6</b>	372.805,5	66,0

Observa-se um acréscimo de R\$ 372,8 milhões do saldo líquido de dezembro para junho, decorrente do aumento tanto do faturamento do período quanto da inadimplência de clientes. Destaca-se que, comumente, dezembro apresenta maior nível de recebimento, o que amplia a variação entre os momentos comparados.

O valor de créditos a receber de R\$ 987,1 milhões está demonstrado por idade de vencimento no quadro que se segue:

Descrição	Em milhares de R\$
	Jun/2019
A vencer	355.922,9
A faturar (NBC TG 47)	137.504,4
Vencidos até 30 dias	265.229,7
Vencidos de 31 a 60 dias	28.108,1
Vencidos de 61 a 90 dias	19.252,5
Vencidos de 91 a 180 dias	63.602,6
Vencidos de 181 a 365 dias	68.170,9
Vencidos acima de 365 dias	49.302,9
<b>Total</b>	<b>987.094,0</b>

Os créditos a receber de clientes são apresentados no balanço deduzidos da PECLD estimada em 49,0 milhões.

## Nota 6 – Ressarcimento de pessoal

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Créditos a receber - Folha	59.880,9	33.740,7	26.140,1	77,5
Sentenças Judiciais	54.573,9	54.608,7	(34,8)	(0,1)
Acordo Coletivo de Trabalho	1.528,8	0,0	1.528,8	-
<b>Total</b>	<b>115.983,5</b>	<b>88.349,4</b>	<b>27.634,1</b>	<b>31,3</b>

O SERPRO, em junho de 2019, possuía 2.242 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no MF, sendo responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabe aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas.

O valor de créditos a receber de R\$ 59,9 milhões refere-se às notas de ressarcimento emitidas pela empresa e demonstradas por idade de vencimento no quadro que se segue:

	Em milhares de R\$
<b>Descrição</b>	
A vencer	29.729,3
Vencidos até 30 dias	8.792,8
Vencidos de 31 a 60 dias	872,8
Vencidos de 61 a 90 dias	813,0
Vencidos de 91 a 180 dias	1.759,0
Vencidos de 181 a 360 dias	3.323,6
Vencidos acima de 360 dias	14.590,4
<b>Total</b>	<b>59.880,9</b>

No caso de valores de sentenças judiciais, o saldo refere-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante, vincendas nos próximos doze meses. Por fim, o valor de R\$ 1,5 milhão refere-se ao reconhecimento de apropriação por competência referente ao ACT 2019/2020.

#### Nota 7 - Créditos tributários

	Em milhares de R\$			
<b>Descrição</b>	<b>Jun/2019</b>	<b>Dez/2018</b>	<b>Δ\$</b>	<b>Δ%</b>
IRPJ/CSLL a Compensar	182.394,0	171.703,0	10.691,0	6,2
IRPJ/CSLL a Recolher	(98.540,8)	(94.106,7)	(4.434,1)	4,7
PIS/COFINS a Compensar	1.543,7	1.543,7	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>85.396,9</b>	<b>79.140,0</b>	<b>6.256,9</b>	<b>7,9</b>

O valor líquido de IRPJ e CSLL (R\$ 83,9 milhões) representa a diferença entre as antecipações decorrentes, em sua maioria, de retenção na fonte de IRPJ e CSLL efetuada por clientes (R\$ 182,4 milhões) e os valores desses tributos devidos no final do período de apuração (98,5 milhões). Os valores a recolher de IRPJ e CSLL apurados no semestre estão detalhados na Nota 14.

## Ativo não circulante

### Nota 8 - Ressarcimento de pessoal

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
<b>(a) Apropriação por competência</b>	<b>36.222,3</b>	<b>39.136,5</b>	(2.914,2)	(7,4)
Férias	20.853,9	22.993,6	(2.139,7)	(9,3)
Licença-prêmio	15.368,4	16.142,9	(774,5)	(4,8)
<b>(b) Sentenças judiciais (PSE)</b>	<b>282.429,0</b>	<b>309.685,3</b>	(27.256,3)	(8,8)
<b>(c) Provisões trabalhistas PSE</b>	<b>59.591,0</b>	<b>59.591,0</b>	0,0	0,0
<b>Total (a) + (b) + (c)</b>	<b>378.242,3</b>	<b>408.412,8</b>	(30.170,5)	(7,4)

Do quadro acima, destacam-se as sentenças judiciais constantes do item (b), que representam valores de acordos judiciais vencidos após doze meses (R\$ 126,9 milhões) e valores já desembolsados de processos trabalhistas (R\$ 155,6 milhões), mas que aguardam trânsito em julgado para que se configure o direito ao ressarcimento.

### Nota 9 - Créditos tributários diferidos

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Ativo fiscal diferido	497.010,3	477.421,1	19.589,2	4,1
Passivo fiscal diferido	(45.968,9)	(46.232,3)	263,4	(0,6)
<b>Total</b>	<b>451.041,4</b>	<b>431.188,8</b>	19.852,6	4,6

O saldo representa a diferença entre o ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias.

### Nota 10 – Ativo imobilizado

Descrição	Em milhares de R\$			
	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
	Jun/2019		Jun/2019	Dez/2018
Edifícios	145.173,9	(23.607,1)	121.566,8	117.004,3
Terrenos	65.603,7	0,0	65.603,7	65.603,7
Estudos e projetos	1.443,0	0,0	1.443,0	0,0
Obras em andamento	9.552,1	0,0	9.552,1	13.035,4
Instalações	136.600,8	(80.434,3)	56.166,5	62.164,6
Benfeitorias propr. de terc.	1.817,2	(1.304,3)	512,9	669,6
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,6	16.678,6
Bens Móveis	875.629,3	(701.542,1)	174.087,1	200.203,7
<b>Total</b>	<b>1.255.047,9</b>	<b>(809.418,8)</b>	<b>445.629,1</b>	<b>475.359,9</b>

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

### 10.1 - Movimentação do imobilizado

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Adições	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo
	Dez/2018				Jun/2019
Edifícios	140.611,3			4.562,6	145.173,9
Terrenos	65.603,7				65.603,7
Estudos e projetos	0,0	1.443,0			1.443,0
Obras em andamento	13.035,4	1.747,8	(17,0)	(5.195,9)	9.570,3
Instalações	136.016,9		(49,3)	633,3	136.600,8
Benfeitorias propr. de terc.	2.019,9		(202,7)		1.817,2
IPC/90	19.209,6				19.209,6
Bens Móveis	871.170,6	6.899,3	(2.440,7)		875.629,3
<b>Total</b>	<b>1.247.667,4</b>	<b>10.090,1</b>	<b>(2.709,7)</b>	<b>0,0</b>	<b>1.255.047,9</b>

### 10.2 – Movimentação da depreciação / amortização

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo
	Dez/2018				Jun/2019
Edifícios	(23.607,1)				(23.607,1)
Terrenos					0,0
Estudos e projetos					0,0
Obras em andamento					0,0
Instalações	(73.852,3)	(6.582,0)			(80.434,3)
Benfeitorias propr. terc.	(1.350,3)	(156,7)	202,7		(1.304,3)
IPC/90	(2.531,0)				(2.531,0)
Bens Móveis	(670.966,9)	(32.979,0)	2.403,8		(701.542,1)
<b>Total</b>	<b>(772.307,6)</b>	<b>(39.717,7)</b>	<b>2.606,5</b>	<b>0,0</b>	<b>(809.418,8)</b>

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

## Nota 11- Intangível

Descrição	Em milhares de R\$		
	Dez/2018	Adições	Jun/2019
Software	593.375,6	10,1	593.385,7
(Amortização Acumulada)	(514.597,3)	(20.206,3)	(534.803,6)
<b>Total</b>	<b>78.778,3</b>	<b>(20.196,2)</b>	<b>58.582,1</b>

O saldo líquido do intangível, no valor de R\$ 58,6 milhões corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços. A variação corresponde, sobretudo, à amortização do período.

## Passivo

### Passivo circulante

## Nota 12 - Consignações

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Previdência Social	13.862,6	14.297,6	(435,0)	(3,0)
Pensão Alimentícia	17,4	17,4	0,0	0,0
IRPF	14.439,3	15.463,3	(1.024,0)	(6,6)
Tributos Federais Retidos	5.599,3	12.658,4	(7.059,0)	(55,8)
ISS	562,3	942,5	(380,1)	(40,3)
Plano de Previdência e Assistência Médica	8.124,8	8.291,2	(166,5)	(2,0)
Empréstimos, Retenções e Consignatários	4.842,6	4.774,4	68,2	1,4
<b>Total</b>	<b>47.448,2</b>	<b>56.444,7</b>	<b>(8.996,5)</b>	<b>(15,9)</b>

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também tributos retidos de fornecedores.

## Nota 13 – Tributos e encargos sociais

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Passivo fiscal diferido	61.787,8	59.755,9	2.031,9	3,4
PIS / COFINS	74.704,1	45.993,9	28.710,2	62,4
ISS Renegociado	23.485,5	25.536,9	(2.051,4)	(8,0)
ISS a recolher	22.436,1	19.548,2	2.887,9	14,8
CPRB	12.561,3	15.468,1	(2.906,8)	(18,8)
FGTS	9.063,7	8.182,5	881,2	10,8
Outros tributos	319,3	239,5	79,8	33,3
<b>Total</b>	<b>204.357,8</b>	<b>174.725,0</b>	<b>29.632,8</b>	<b>17,0</b>



Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses, já deduzidos os tributos a recuperar.

### 13.1 – Passivo fiscal diferido

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
IRPJ/ CSLL	39.005,5	37.328,0	1.677,5	4,5
PIS/ COFINS	11.173,5	11.270,1	(96,6)	(0,9)
CPRB	6.187,7	5.949,7	238,0	4,0
ISS e ICMS	5.421,1	5.208,0	213,1	4,1
<b>Total</b>	<b>61.787,8</b>	<b>59.755,8</b>	<b>2.032,0</b>	<b>3,4</b>

O passivo fiscal diferido no total de R\$ 61,8 milhões refere-se a tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar, decorrentes do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47.

### 13.2 ISS Renegociado

O saldo de R\$ 23,4 milhões de ISS a recolher é resultado da obrigação a pagar, considerando as parcelas amortizadas e refere-se a parcelamentos administrativos de débitos tributários (PAT) formalizados entre os exercícios de 2014 e 2017, no município de São Paulo.

## Nota 14 - IRPJ e CSLL

### 14.1 - Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Jun/2018	Δ\$	Δ %
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	366.964,4	245.714,0	121.250,4	49,3
<b>(a) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%</b>	<b>124.767,9</b>	<b>83.542,8</b>		
			41.225,1	49,3
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>(44.402,2)</b>	<b>(17.872,9)</b>		
			(26.529,3)	148,4
1 – Incentivos fiscais e redução da base	(1.375,4)	(1.360,5)	(14,9)	1,1
Despesas não dedutíveis e ganhos não tributáveis	(248,0)	277,2	(525,2)	(189,5)
2 – Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em ativo fiscal diferido	(42.821,2)	(22.083,8)		
			(20.737,4)	93,9
Diferenças temporárias não reconhecidas em passivo fiscal diferido anteriormente		5.294,2	(5.294,2)	(100,0)
Outras adições	42,3		42,3	
<b>Total (a) + (b)</b>	<b>80.365,7</b>	<b>65.669,9</b>	<b>14.695,8</b>	<b>22,4</b>
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	21,90%	26,73%		

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontadas com o lucro contábil do período antes dos tributos sobre o lucro, de R\$ 367 milhões, resultaram numa alíquota efetiva de 21,9%, equivalente a R\$ 80,4 milhões.

## 14.2 – Tributos correntes e diferidos

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2019	Jun/2018	Δ\$	Δ %
Despesas de IRPJ e CSLL correntes	98.540,8	50.168,4	48.372,4	96,4
Despesas Diferidas – Diferenças temporárias	(18.175,0)	15.501,5	(33.676,5)	<b>(217,2)</b>
<b>Resultado de IRPJ e CSLL</b>	<b>80.365,7</b>	<b>65.669,9</b>	14.695,8	22,4

## 14.3 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$					
Descrição	Dez/2018	Resultado do Exercício	Jun/2019	Δ\$	Δ %
<b>(a) Passivo fiscal diferido (PC) (NE 13.1)</b>	<b>(37.328,0)</b>	<b>(1.677,5)</b>	<b>(39.005,5)</b>	<b>(1.677,5)</b>	<b>4,5</b>
Provisão ativa – estimativa de receitas CPC 47	(37.328,0)	(1.677,5)	(39.005,5)	(1.677,5)	4,5
<b>(b) Ativo fiscal diferido (PNC)</b>	<b>477.421,1</b>	<b>19.589,2</b>	<b>497.010,3</b>	<b>19.589,2</b>	<b>4,1</b>
<b>Provisões trabalhistas e cíveis</b>	79.392,6	0,0	79.392,6	0,0	0,0
Passivo atuarial	240.811,8	7.540,0	248.351,8	7.540,0	3,1
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	101.268,4	5.879,6	107.148,0	5.879,6	5,8
Licença-prêmio	39.700,2	88,9	39.789,1	88,9	0,2
Plano de previdência complementar	9.828,9	0,0	9.828,9	0,0	0,0
Provisão para ressarcimento RFB	3.212,5	(3.212,5)	0,0	(3.212,5)	(100,0)
Provisão para perdas prováveis	3.206,7	6,1	3.212,8	6,1	0,2
Provisão para ACT 2019/2020	0,0	9.287,1	9.287,1	9.287,1	
<b>(c) Passivo fiscal diferido (PNC)</b>	<b>(46.232,3)</b>	<b>263,3</b>	<b>(45.969,0)</b>	<b>263,3</b>	<b>(0,6)</b>
Processos trabalhistas – PSE	(20.261,0)	0,0	(20.261,0)	0,0	0,0
<b>Provisão ativa – LFTSC</b>	<b>(20.482,7)</b>	<b>0,0</b>	<b>(20.482,7)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Provisão ativa – Licença-prêmio – PSE	(5.488,6)	263,3	(5.225,3)	263,3	(4,8)
<b>(d) Créditos fiscais diferidos (PNC) (b)+(c)</b>	<b>431.188,8</b>	<b>19.852,5</b>	<b>451.041,3</b>	19.852,5	4,6
<b>Total créditos fiscais diferidos (a) + (d)</b>	<b>393.860,8</b>	<b>18.175,0</b>	<b>412.035,8</b>	<b>18.175,0</b>	<b>4,6</b>

O saldo de R\$ 412,0 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 497,1 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 39,0 milhões) e não circulante (R\$ 46,0 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais reconhecidas na demonstração de resultado.

## Nota 15 - Pessoal a Pagar e Encargos trabalhistas

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Pessoal a pagar	13.955,1	3.119,5	10.835,6	447,35%
Acordo Coletivo de Trabalho	28.843,8	0,0	28.843,8	0,00%
Ações de preparação para aposentadoria (APA)	4.849,6	7.443,9	(2.594,3)	(34,9)
Férias	153.232,1	161.942,0	(8.709,9)	(5,4)
Licença Prêmio	117.026,7	116.765,3	261,3	0,2
13º Salário	10.543,2	0,0	10.543,2	100,0
<b>Total</b>	<b>328.450,5</b>	<b>289.270,7</b>	<b>39.179,8</b>	<b>13,54%</b>

O reconhecimento relativo ao Acordo Coletivo de Trabalho foi realizado considerando 70% do INPC (3,55%) sobre despesa de pessoal, tendo em vista ser o índice registrado em audiência no TST. Haja vista que na data de encerramento do trimestre não havia ocorrido a assinatura do ACT, manteve-se o valor apropriado em rubrica específica.

Como evento subsequente sem impacto retrospectivo, destaca-se que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020 foi assinado em 1º de julho de 2019 e contempla reajuste salarial no índice apropriado contabilmente (3,55%).

## Nota 16 - Obrigações com pessoal - 13º, férias e licença-prêmio

Em milhares de R\$				
Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Licença prêmio	116.273,4	753,2	0,0	117.026,7
Férias	140.807,1	30.454,3	(18.029,3)	153.232,1
13º Salário	46.429,5	10.807,1	(46.693,4)	10.543,2
<b>Total</b>	<b>303.510,0</b>	<b>31.207,6</b>	<b>(64.722,7)</b>	<b>280.801,9</b>

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

## Nota 17 - Processo trabalhista a pagar

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Processo trabalhista – Pessoal de Serviço Externo	54.573,9	54.608,7	(34,8)	(0,1)
Processo trabalhista - Pessoal Interno	15.748,0	19.874,8	(4.126,8)	(20,8)
<b>Total</b>	<b>70.321,9</b>	<b>74.483,5</b>	<b>(4.161,6)</b>	<b>(5,6)</b>

O saldo da conta contempla parcelas vincendas nos próximos doze meses referentes a acordos judiciais.

### Nota 18 - Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor registrado no encerramento de 2018 (R\$ 52,0 milhões) foi totalmente liquidado no exercício 2019, por ocasião da aprovação das demonstrações contábeis e destinação de 2018. Considerando a correção pela Selic do período, o valor pago pelo Serpro à União totalizou R\$ 53.040.210,28, em abril de 2019.

### Passivo não circulante

### Nota 19 - Obrigações tributárias

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ%
ISS Renegociado	20.631,2	31.277,0	(10.645,8)	(34,0)
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	14.574,4	14.574,4	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>35.205,6</b>	<b>45.851,4</b>	<b>(10.645,8)</b>	<b>(23,2)</b>

O conjunto dessas obrigações, vincendas após doze meses, alcançam R\$ 35,2 milhões, assim constituídas:

i) PIS – COFINS (R\$ 14,6 milhões) referem-se às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

ii) ISS renegociado (R\$ 20,6 milhões), decorre de parcelamentos junto a prefeitura de São Paulo pelo prazo de 60 meses. A dívida consolidada perfaz R\$ 44,1 milhões (R\$ 56,8 milhões em dezembro de 2018), da qual R\$ 23,5 milhões (R\$ 25,5 milhões em dezembro de 2018) está classificada no passivo circulante;

### Nota 20 - Processo trabalhista a pagar

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Processo trabalhista a pagar	148.657,2	180.240,2	(31.583,0)	(17,5)

Representa as parcelas vincendas após os próximos doze meses de acordos judiciais do processo movido por integrantes do quadro externo.

## Nota 21 - Provisões trabalhistas e administrativas

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Provisões trabalhistas	233.507,8	233.507,8	0,0	0,0
Provisões administrativas	0,0	9.448,5	(9.448,5)	(100,0)
<b>Total</b>	<b>233.507,8</b>	<b>242.956,2</b>	<b>(9.448,5)</b>	<b>(3,9)</b>

### 21.1 – Provisões trabalhistas

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R2)). No primeiro semestre de 2019 não houve evento que justificasse a revisão dos valores constantes da provisão no encerramento do exercício 2018.

### 21.2 – Provisões administrativas

O valor provisionado (R\$ 9,4 milhões) para fazer frente à perda administrativa relativa à reclamação de faturamento a maior, em 2011, junto ao cliente RFB, foi totalmente baixado, considerando a liquidação no período, ocorrida por meio de compensação de faturas.

## Nota 22 – Benefícios pós-emprego

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Plano de Previdência Complementar – PSI	554.688,5	539.369,0	15.319,5	2,8
Programa de Assistência à Saúde – PAS/Serpro	175.758,1	168.901,2	6.856,9	4,1
<b>Total</b>	<b>730.446,6</b>	<b>708.270,1</b>	<b>22.176,5</b>	<b>3,1</b>

Grupo composto pelas provisões matemáticas efetuadas com base em pareceres de consultoria atuarial especializada, em atendimento à NBC TG 33 (R2), cuja variação reflete, de um lado, o reconhecimento do custo das obrigações de benefício definido no período, de R\$ 24,7 milhões em relação ao plano de previdência complementar ofertado pela empresa e R\$ 6,8 milhões referentes ao Plano de Saúde, e de outro a liquidação de valores no exercício corrente (R\$ 9,4 milhões) junto à EFPC.

## Nota 23 - Patrimônio líquido

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Dez/2018	Δ\$	Δ %
Patrimônio Líquido	1.265.032,2	978.451,6	286.580,6	29,3

A variação do patrimônio líquido reflete resultado do período, de R\$ 286,6 milhões.

## Nota 24 - Resultado do exercício

### 24.1 – Receita bruta

A receita bruta do primeiro semestre de 2019 atingiu R\$ 1.729,1 milhões, reconhecida em atendimento à NBC TG 47 desde o balanço de encerramento de 2018.

#### 24.1.1 – Faturamento Bruto

Para fins de comparabilidade entre o primeiro semestre de 2018, período anterior ao reconhecimento da receita conforme NBC TG 47, e o mesmo período de 2019, consta do quadro abaixo a evolução do faturamento bruto, por obrigação de desempenho.

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2019	Jun/2018	Δ	Δ %
Hospedagem de Aplicações	1.182.089,7	1.019.787,9	162.301,8	15,9
Desenvolvimento e Manutenção de Software	119.088,8	130.763,1	(11.674,3)	(8,9)
Atendimento a Ambientes / Administração de Rede Local	100.477,6	91.269,0	9.208,6	10,1
Administração de Rede de Longa Distância	87.532,2	101.800,9	(14.268,7)	(14,0)
Gestão de Margem Consignável	31.000,5	33.087,0	(2.086,5)	(6,3)
Denatran Consulta Online	23.771,3	20.822,0	2.949,3	14,2
Emplaca – Sistema Nacional de Emplacamento	22.339,0		22.339,0	
Infoconv	20.239,8	15.674,5	4.565,3	29,1
Emissão de CNH	18.759,3	18.931,1	(171,8)	(0,9)
Emissão de Certificado Digital	18.611,8	19.550,1	(938,4)	(4,8)
Demais obrigações de desempenho	99.926,4	74.376,9	25.549,4	34,4
<b>Total</b>	<b>1.723.836,4</b>	<b>1.526.062,5</b>	<b>197.773,8</b>	<b>13,0</b>

## 24.1.2 – Receita bruta do exercício por obrigação de desempenho

Em milhares de R\$

Descrição	Valores faturados	Baixa de valores a faturar	Valores a faturar	Total resultado
Hospedagem de aplicações	1.182.089,7	(84.550,3)	86.391,4	1.183.930,8
Desenvolvimento e manutenção de software	119.088,8	(16.658,3)	23.882,1	126.312,7
Atendimento a Ambientes / Administração de Rede Local	100.477,6	(8.776,4)	2.148,9	93.850,2
Administração de rede de longa distância	87.532,2	(9.515,5)	9.211,0	87.227,8
Gestão de margem consignável	31.000,5	(1.315,7)	1.747,7	31.432,5
Denatran consulta online	23.771,3	(952,1)	1.438,7	24.258,0
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	22.339,0	0,0	0,0	22.339,0
Infoconv	20.239,8	(884,5)	683,6	20.038,9
Emissão de CNH	18.759,3	0,0	372,2	19.131,5
Emissão de Certificado Digital	18.611,8	(915,1)	265,3	17.961,9
Demais obrigações de desempenho	99.926,3	(8.648,3)	11.363,4	102.641,4
<b>Total</b>	<b>1.723.836,4</b>	<b>(132.216,2)</b>	<b>137.504,4</b>	<b>1.729.124,5</b>

## 24.2 – Receita líquida

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2019	Jun/2018	Δ\$	Δ %
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.729.124,6</b>	<b>1.526.062,5</b>	<b>203.062,1</b>	<b>13,3</b>
( - ) ISS	(64.345,3)	(62.038,6)	(2.306,7)	3,7
( - ) PIS / PASEP	(26.734,1)	(23.250,9)	(3.483,2)	15,0
( - ) COFINS	(123.146,4)	(107.106,4)	(16.040,0)	15,0
( - ) ICMS	(64,7)	(75,4)	10,7	(14,2)
( - ) INSS Patronal	(77.758,6)	(68.580,4)	(9.178,2)	13,4
( - ) Descontos Concedidos	(814,2)	(1.278,2)	464,0	(36,3)
( - ) Vendas Canceladas	(3.177,1)	(210,4)	(2.966,7)	1.410,0
( - ) Outras Deduções de Vendas	(15.000,0)	(14.060,6)	(939,4)	6,7
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.418.084,2</b>	<b>1.249.461,8</b>	<b>168.622,4</b>	<b>13,5</b>

### 24.3 – Resultado do exercício

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2019	Jun/2018	Δ\$	Δ %
Receita Operacional Líquida	1.418.084,2	1.249.461,8	168.622,4	13,5
Custo dos Serviços Prestados	(615.278,9)	(597.909,2)	(17.369,7)	2,9
Despesas operacionais e resultado financeiro	(435.840,8)	(405.838,6)	(30.002,2)	7,4
Tributos sobre o lucro	(80.365,7)	(65.669,9)	(14.695,8)	22,4
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>286.597,7</b>	<b>180.044,1</b>	<b>106.553,6</b>	<b>59,2</b>

### 24.4 – Composição dos gastos na DRE

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2019			Jun/2018			Δ	Δ%
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total		
Despesas de Pessoal	(472.896,4)	(334.303,4)	<b>(807.199,8)</b>	(456.979,7)	(356.127,0)	<b>(813.106,7)</b>	(5.906,9)	(0,7)
Depreciação/Amortização	(43.335,5)	(16.588,5)	<b>(59.924,0)</b>	(45.413,8)	(19.334,6)	<b>(64.748,4)</b>	(4.824,4)	(7,5)
Locação	(13.632,2)	(7.144,4)	<b>(20.776,6)</b>	(20.900,0)	(9.962,9)	<b>(30.863,1)</b>	(10.086,5)	(32,7)
Manutenção	(38.149,8)	(15.313,8)	<b>(53.463,6)</b>	(35.278,9)	(22.909,4)	<b>(58.188,2)</b>	(4.724,6)	(8,1)
Comunicação	(22.214,6)	0,0	<b>(22.214,6)</b>	(23.763,0)	(1.671,2)	<b>(25.434,1)</b>	(3.219,5)	(12,7)
Serviços Profissionais	(27.501,3)	(24.327,6)	<b>(51.828,8)</b>	(20.431,9)	(23.223,3)	<b>(43.655,2)</b>	8.173,6	18,7
Serviços Públicos	(8.116,6)	(8.146,0)	<b>(16.262,6)</b>	(7.121,8)	(7.573,1)	<b>(14.694,9)</b>	1.567,7	10,7
Créditos a Receber	0,0	(18.453,1)	<b>(18.453,1)</b>	0,0	(1.849,6)	<b>(1.849,6)</b>	16.603,5	897,7
Créditos Tributários	11.901,4	0,0	<b>11.901,4</b>	13.192,7	0,0	<b>13.192,7</b>	1.291,3	(9,8)
Despesas Tributárias	(0,4)	(2.717,9)	<b>(2.718,2)</b>	0,0	(2.043,9)	<b>(2.043,9)</b>	674,3	33,0
Materiais	(18,1)	(2.176,0)	<b>(2.194,1)</b>	(69,9)	(1.561,2)	<b>(1.631,1)</b>	563,0	34,5
Outras Despesas/Receitas	(1.315,4)	2.216,5	<b>901,1</b>	(1.142,7)	38.930,3	<b>37.787,6</b>	36.886,5	(97,6)
Judiciais	0,0	(8.083,1)	<b>(8.083,1)</b>	0,0	(1.094,7)	<b>(1.094,7)</b>	6.988,4	638,4
<b>Total</b>	<b>615.278,9</b>	<b>435.037,2</b>	<b>(1.050.316,1)</b>	<b>(597.909,2)</b>	<b>(408.420,5)</b>	<b>(1.006.329,7)</b>	<b>43.986,4</b>	<b>4,4</b>

A separação entre custos e despesas está de acordo com a nova forma de apuração do Custo do Serviço Prestado, conforme mencionado na Nota 3.



**Nota 25 - Partes relacionadas**

No primeiro semestre de 2019, não houve alteração na política de remuneração das partes relacionadas, tendo, somente, ocorrido reajuste das remunerações de 4,07%, aprovado pela SEST. Quanto às transações comerciais efetuadas com partes relacionadas, o faturamento referente aos clientes integrantes do Orçamento Geral da União (OGU) representou 87% do faturamento total do primeiro semestre de 2019.

Em relação ao custo das obrigações de benefícios definidos estimado por consultoria atuarial no encerramento do exercício anterior, houve reconhecimento de R\$ 24,7 milhões em relação ao plano de previdência complementar e R\$ 6,8 milhões referentes ao Plano de Saúde.

**Anexo I – Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis**

<b>Norma</b>	<b>Assunto</b>	<b>CPC</b>	<b>IASB</b>
NBC TG 01 (R4)	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01 R1	IAS 36
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 05 (R3)	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05 R1	IAS 24
NBC TG 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
NBC TG 23 (R2)	Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24 (R2)	Evento subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	Provisões , passivos contingentes e ativos contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 27 (R4)	Ativo imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 31 (R4)	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	CPC 31	IFRS 5
NBC TG 32 (R4)	Tributos sobre o lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	Benefícios a empregados	CPC 33 R1	IFRS 19
NBC TG 37 (R5)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1
NBC TG 47	Receita de contrato com cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	Instrumentos financeiros	CPC 48	IFRS 9
ITG 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	ICPC 08 R1	
ITG 10	Interpretação sobre a aplicação inicial do ativo imobilizado e à propriedade para investimentos	ICPC 10	

**Anexo II – Legislação aplicável**

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Lei 13.303/2016	30/06/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Decreto 8.945/2016	27/12/2016	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

### Anexo III - Sumário de siglas e abreviaturas

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	MEI – Microempreendedor Individual
AFD – Ativo Fiscal Diferido	MF – Ministério da Fazenda
AGU – Advocacia-Geral da União	MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	MPT – Ministério Público do Trabalho
BACEN – Banco Central do Brasil	NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
BD – Benefício definido	NR – Nota de Ressarcimento
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	ORA – Outros Resultados Abrangentes
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	PAS-ODONTO/Serpro – Plano de Assistência à Saúde Bucal do Serpro
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	PAS/Serpro – Programa de assistência à saúde dos empregados do Serpro
CD – Contribuição definida	PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CDT – Carteira Digital de Trânsito	PAT – Parcelamento administrativo de débitos tributários
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
CGU – Controladoria Geral da União	PFD – Passivo Fiscal Diferido
CNH – Carteira Nacional de Habilitação	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CMN – Conselho Monetário Nacional	PIS – Programa Integração Social
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PLR – Participação nos Lucros e Resultados
COJUR – Consultoria Jurídica	PS-I – Plano Serpro I
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PS-II – Plano Serpro II
CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	PSE – Pessoal Serviço Externo
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	Serpro– Serviço Federal de Processamento de Dados
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais	SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	SICONV– Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
DVA – Demonstração do Valor Adicionado	SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
DPI – Declaração Padronizada do ISSQN	SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
EFPC– Entidade Fechada de Previdência Complementar	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum	SNE – Sistema de Notificação Eletrônica
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia	STF – Supremo Tribunal Federal
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica	
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	
IEA – Indenização Especial de morte por Acidente	
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor	

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	TI – Tecnologia da Informação
IPA – Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente	TR – Taxa Referencial
IPC – Índice de Preços ao Consumidor	TST – Tribunal Superior do Trabalho
IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica	VJORA – Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
ISS – Imposto Sobre Serviços	VJR – Valor Justo em Resultado
ITG – Interpretação Técnica Geral	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
JSCP – Juros Sobre Capital Próprio	
LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina	
MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais	